



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Pessoa com Deficiência

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br

Edição n° 03/2023



CAO Pessoa com Deficiência

Descrição da imagem - imagem com tons de azul com um cérebro formado por vários vetores nos tons de azul e roxo.

SUMÁRIO

- 1** ATUAÇÃO DO MPMT
- 2** MINISTÉRIO PÚBLICO
- 3** TRIBUNAIS DE JUSTIÇA
- 4** TRIBUNAIS SUPERIORES
- 5** CONSELHOS NACIONAIS
- 6** NOVIDADES LEGISLATIVAS
- 7** NOTÍCIAS

EQUIPE

Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza
Promotora de Justiça Coordenadora do CAO PcD

Dr. Wellington Petrolini Molitor
Promotor de Justiça Coordenador-Adjunto do CAO PcD

Thatyane Domingues Moreira Nunes
Assistente Social

Rita de Cássia Arnaut Amadio
Analista Jurídico

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha
Auxiliar Ministerial



01 ATUAÇÃO DO MPMT

MPMT ORIENTA SOBRE DIREITOS GARANTIDOS A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A inclusão de alunos com deficiência em instituições de ensino públicas e privadas é tema de quatro vídeos divulgados nas redes sociais do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT). Práticas como recusa de matrículas, limitação de vagas, cobranças adicionais e exclusão dos alunos em algumas atividades no ambiente escolar, que ferem a lei, são abordadas por promotores de Justiça que atuam na área.

No primeiro deles, o promotor de Justiça Miguel Shessarenko Júnior, coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) de Educação, fala sobre a recusa de matrícula de crianças e adolescentes com deficiência é abordado no primeiro vídeo. **Assista aqui.**

A prática de limitação de vagas para alunos com deficiência por sala é abordada pelo coordenador do CAO da Infância e da Juventude, promotor de Justiça Nilton César Padovan. **Assista aqui.**

A promotora de Justiça Daniele Crema da Rocha Souza, coordenadora do Centro de Apoio Operacional (CAO) da Pessoa com Deficiência, orienta pais e responsáveis sobre possíveis cobranças adicionais para a garantia de acompanhante individual para alunos com deficiência, quando necessário. **Assista aqui.**

No quarto e último vídeo da série, a promotora de Justiça Patrícia Eleutério Campos Dower aborda a garantia de participação de todos os alunos, sem distinção, em atividades comemorativas, recreativas, esportivas e de lazer no ambiente escolar. **Assista aqui.**

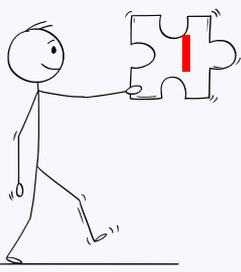
MPMT - LEI QUE PREVÊ CRIAÇÃO DE ESCOLA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL É QUESTIONADA

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), requerendo em pedido liminar a suspensão da Lei 11.689/22 que prevê a criação de escolas especializadas para atendimento aos estudantes da educação especial. A ação foi distribuída à desembargadora Antônia Siqueira Gonçalves.

O procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, destaca que a norma questionada reproduz integralmente o Decreto Federal 10.502/2020, que foi revogado após o Supremo Tribunal Federal (STF) suspender a sua eficácia. Enfatiza ainda que a norma foi publicada em flagrante descumprimento à decisão proferida pela corte superior.

“A Lei Estadual n° 11.689/2022, ao reproduzir integralmente o já revogado Decreto n° 10.502/2020, vai de encontro à evolução dos direitos sociais conquistados pelas pessoas com deficiência, notadamente o direito à educação inclusiva, livre de toda forma de discriminação e obstáculos”, afirmou Borges, em um trecho da ADI.





02 MINISTÉRIO PÚBLICO



Ministério Público Federal

- MPF ajuíza ação para implementação de Rede de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras em Sergipe
- MPF instaura inquérito para apurar atendimento do INSS a pessoas com autismo
- MPF - Universidade Federal de Rondônia deve comprovar que cumpriu decisão para contratação de técnicos de Libras

Ministério Público do Ceará

- MPCE e Seduc discutem implantação de Centros de Referência em Educação e Atendimento Especializado em Crateús e Iguatu
- MPCE assina acordo com Município de Itarema para construção de centro de reabilitação para pessoas com deficiência

Ministério Público de São Paulo

- Operação do MPSP em Cajamar resulta em prisões por maus-tratos em comunidade terapêutica
- MPSP - Geduc quer estimular políticas para garantir acesso à educação para pessoas com deficiência

Ministério Público do Acre

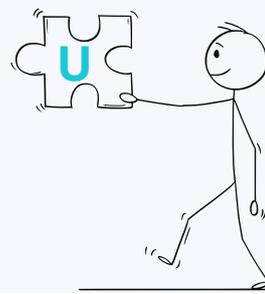
- Ministério Público do Acre discute empregabilidade de pessoas com TEA

Ministério Público do Pará

- MPPA - Termo de Ajuste de Conduta prevê reformas e prazos para adequação do Terminal Rodoviário às normas de acessibilidade

Ministério Público do Rio de Janeiro

- MPRJ realiza operação para cumprir mandado de busca e apreensão em clínica de acolhimento de Itaguaí que mantinha acolhidos em cárcere privado



Ministério Público do Espírito Santo

- MPES garante transporte gratuito em ônibus do Transcol para pessoas com deficiência visual monocular
- MPES notifica Secretaria de Saúde para a devida implantação das políticas voltadas à saúde mental

Ministério Público de Minas Gerais

- MPMG recomenda que os alunos da educação especial de Bom Despacho sejam atendidos por professores de apoio

Ministério Público do Tocantins

- MPTO obtém decisão da Justiça que obriga escola particular de Gurupi a matricular criança com autismo
- Recomendação do MPTO busca garantir oferta de educação inclusiva em Dianópolis e Almas
- MPTO disponibiliza intérpretes de Libras e amplia ações voltadas à inclusão e acessibilidade

Ministério Público do Amazonas

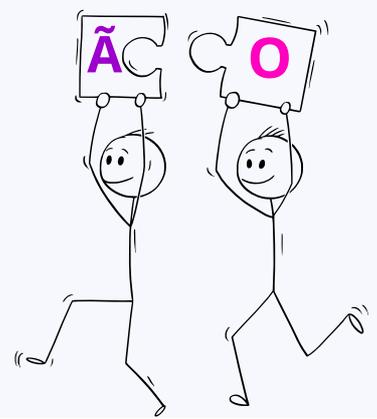
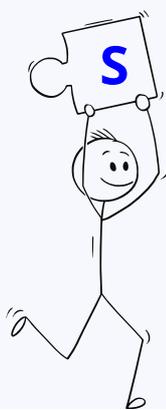
- MPAM obtém decisão que garante intérprete de Libras em escola de Manaus

Ministério Público do Rio Grande do Norte

- MPRN obtém decisão que obriga Município a fornecer fraldas descartáveis a pessoas com deficiência e idosos usuários do SUS

Ministério Público da Paraíba

- MPPB e Município de Piancó firmam TAC para ajustes no funcionamento do CER



03 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

TJMT

- TJMT - Explicando Direito: juíza Fernanda Kobayashi fala sobre os direitos das pessoas com deficiência

TJPI

- TJPI - Justiça ampliará ações de inclusão para atender demandas das pessoas com autismo

TJPE

- TJPE - Artigo - Recife será modelo em Educação Especial Inclusiva
- TJPE - Decisão da Vara da Infância e Juventude de Paulista determina política de inclusão para estudantes com necessidades especiais e deficiências

TJTO

- Em visita ao TJTO, secretário de Saúde discute parceria para políticas de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista

TJMG

- TJMG - Justiça determina que Estado contrate professor de apoio exclusivo

TJSP

- TJSP concede isenção de tarifa de ônibus para passageira com visão monocular
- TJSP - Habeas corpus autoriza cultivo residencial de Cannabis para fins medicinais
- TJSP - Mantida decisão que determina que Poder Público providencie acolhimento para jovem com deficiência

TJAM

- TJAM - Jurado com deficiência visual é sorteado e participa de julgamento na 3.^a Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus



04 TRIBUNAIS SUPERIORES

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- STF decide que apenas transtorno mental permanente impede vitaliciedade no MP-AM

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- STJ - Médica não pode ser curadora de paciente da clínica psiquiátrica em que ela trabalhou
- STJ - Ação de exigir contas pode ser ajuizada sem prévio requerimento administrativo, mas requer demonstração de controvérsia
- STJ - Pesquisa Pronta traz decisões sobre danos morais por falta de acessibilidade e falha na prestação de serviço médico
- STJ - Jurisprudência em Teses traz novos entendimentos sobre benefícios previdenciários



05 CONSELHOS NACIONAIS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

Política Antimanicomial do CNJ atende a pessoas em todo o ciclo penal

Para adequar a atuação do Judiciário às normas nacionais e internacionais de respeito aos direitos fundamentais das pessoas em sofrimento mental ou com deficiência psicossocial em conflito com a lei, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, na primeira Sessão Virtual de 2023, concluída nesta sexta-feira (10/2), Resolução que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.

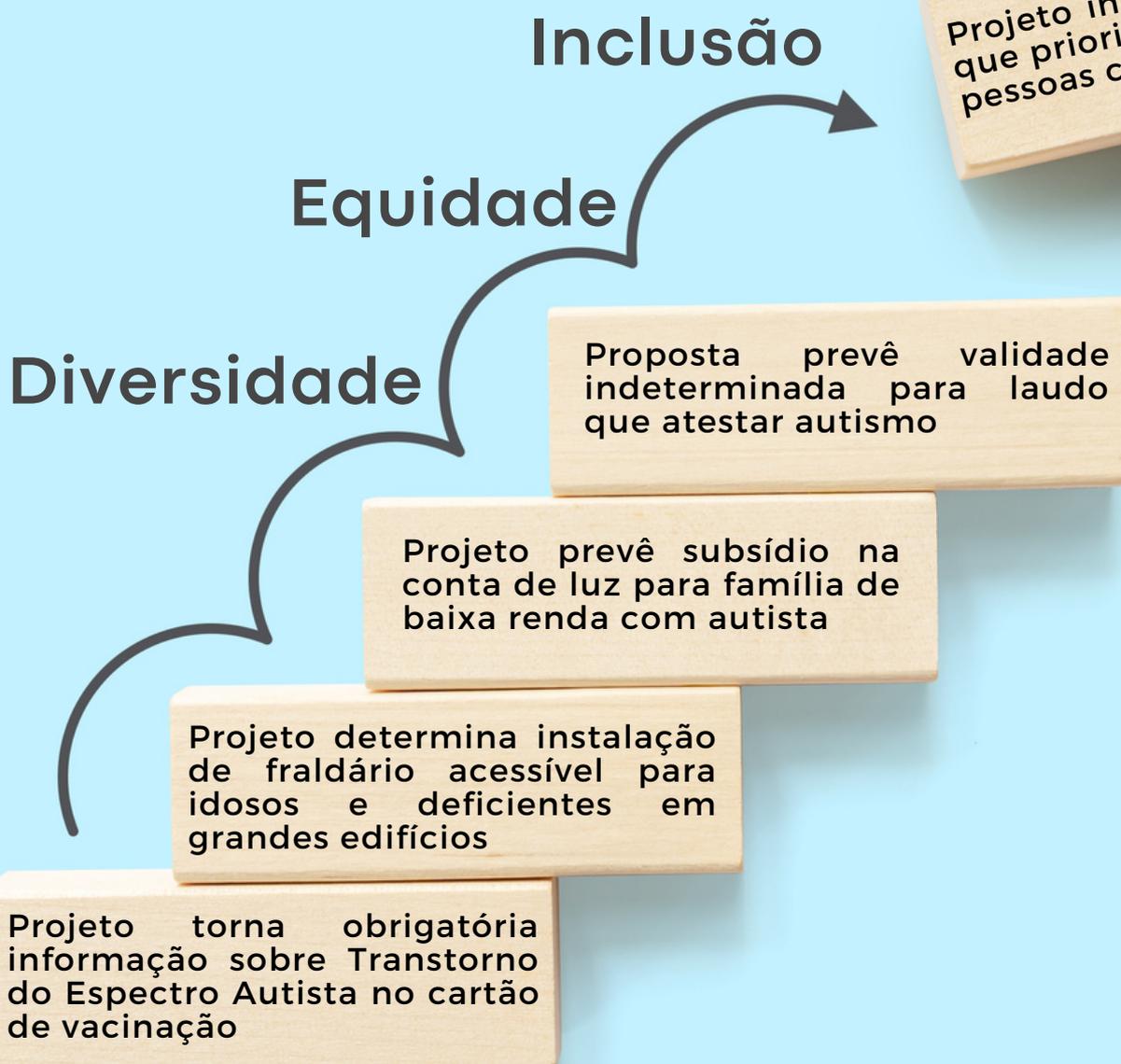
Os desdobramentos práticos da normativa partem da compreensão de que a pessoa em sofrimento mental tem direito fundamental ao tratamento de seu problema de saúde durante todo o ciclo penal, desde a audiência de custódia até a eventual execução de medida de segurança, sendo obrigação do Estado garantir o melhor tratamento, compatível com o prestado aos demais cidadãos. O procedimento penal que busca garantir o direito à saúde da pessoa acusada demanda novas ações, novos fluxos e encaminhamentos a serem seguidos pelo Judiciário, com o fortalecimento de diálogo, articulação permanente e integração com o sistema de saúde, com os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e, também, com a rede que atua nesse campo.

CNJ: Oficial de justiça em PE terá regime especial de trabalho para acompanhar filho autista

O Plenário Virtual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ratificou, por unanimidade, liminar que concede a oficial de justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), regime especial de trabalho para acompanhamento de tratamento médico do filho portador de Transtorno de Espectro do Autismo (TEA). A procedência da liminar, deferida pelo conselheiro Marcello Terto e Silva, foi julgada no Procedimento de Controle Administrativo 0005797-15.2022.2.00.0000 analisado na 2.ª Sessão Virtual do CNJ em 2023, realizada entre os dias 16 e 24 de fevereiro.

Ao relatar o procedimento, o conselheiro entendeu que, como a natureza da atividade de oficial de Justiça é incompatível com o teletrabalho, o regime especial deve ocorrer com a redução de mandados distribuídos, em proporção equivalente à metade do que recebem os demais oficiais de justiça. A decisão está amparada na Resolução CNJ n. 343/2020, que prevê condições especiais de trabalho, incluindo horário especial, para servidor do Poder Judiciário com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição.

06 NOVIDADES LEGISLATIVAS



07 NOTÍCIAS

Isonção de transporte rodoviário é de competência da Seção de Direito Privado

Pessoa com deficiência: quais são as regras para PcD no concurso público?

Brasil tem debatido e avançado na regulamentação sobre o uso, comércio e produção da cannabis para fins medicinais

Resolução garante mínimo de 80% de desconto em passagens aéreas para acompanhantes de idosos e pessoas com deficiência

TRF4 - Criança com Síndrome de Down receberá benefício assistencial

Cannabis medicinal: conheça histórias de quem luta para ter o remédio

Matrícula em escolas ainda é um desafio para famílias de autistas

São Paulo terá medicamento à base de cannabis no SUS

Nova lei de SP garante fornecimento de remédio à base de canabidiol

Plano de saúde deve custear tratamento multidisciplinar de criança autista

Justiça nega supressão de cartilha do CNMP sobre saúde mental

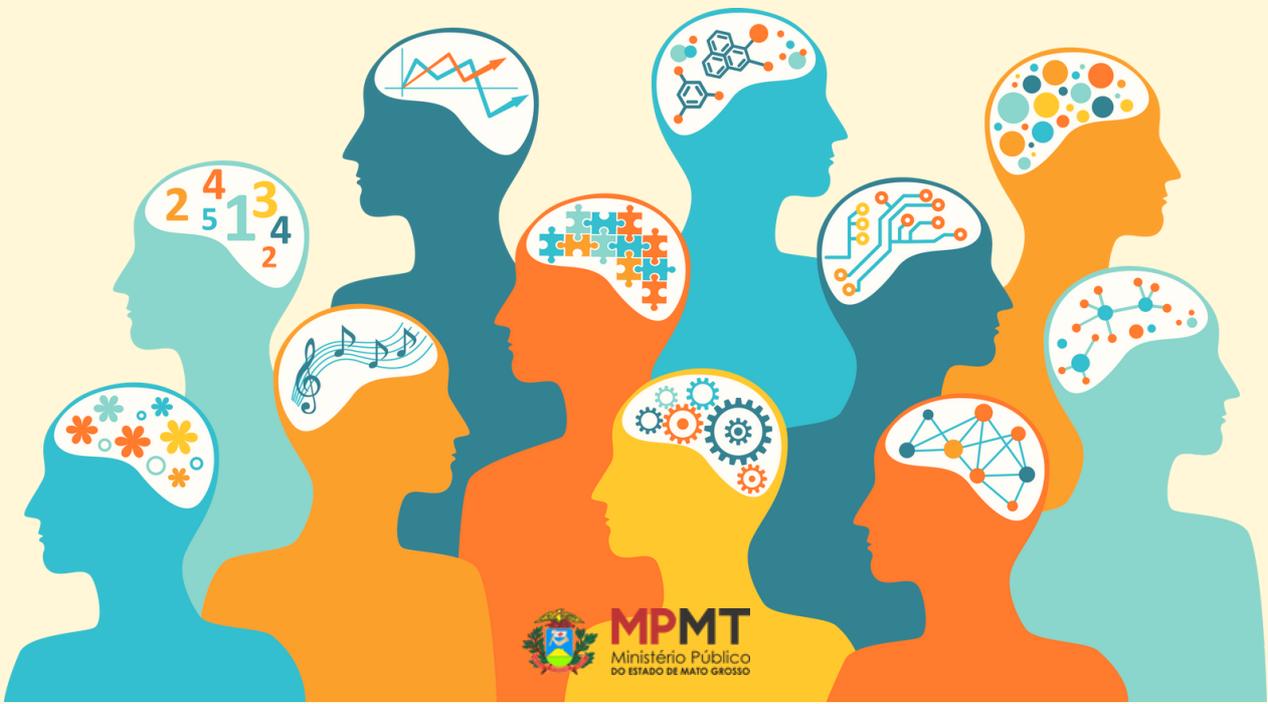
Entenda o que é considerada deficiência permanente para o BPC

Guarujá ganha instituição para crianças com Transtorno do Espectro Autista

Acessibilidade e inclusão autista na universidade

DPU aciona Justiça para que o INSS em Alagoas garanta atendimento em Libras

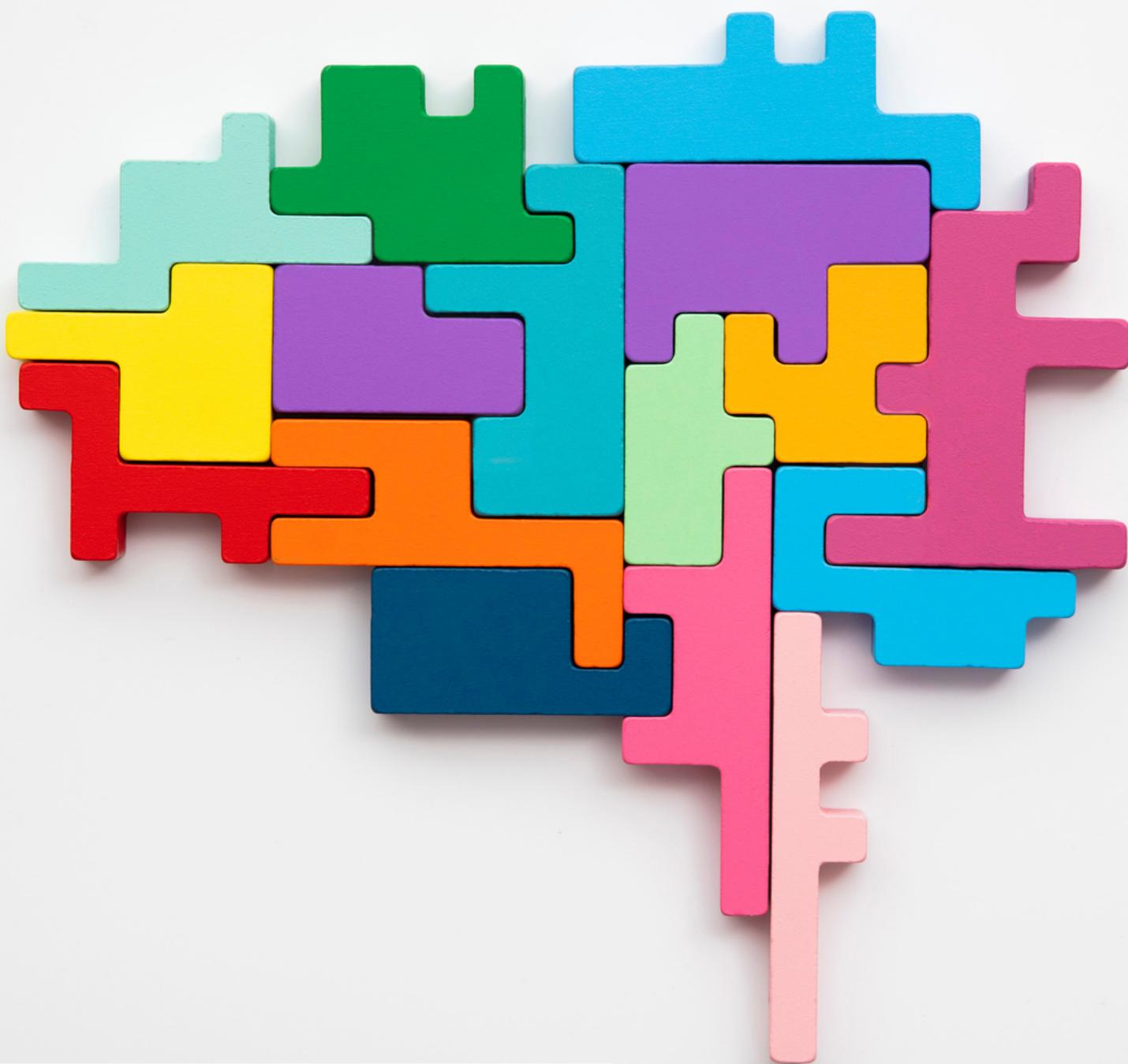
Saúde mental: direito fundamental e compromisso do Judiciário





MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Centro de Apoio Operacional
Procuradoria Geral de Justiça
65 3611-0600

www.mpmt.mp.br

Contato:

cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br

Descrição da imagem - várias peças coloridas encaixadas formando um cérebro colorido fazendo alusão a neurodiversidade.